

Relatório das Irmãzinhas ao sr. Nuncio

O SÃO PAULO 11 a 17 - SET. - 1981

Atendendo o seu pedido, venho apresentar-lhe o relatório a respeito da presença das Irmãzinhas de Jesus entre os índios Tapirapé:

Vindo para o Brasil em 1952, a preocupação da Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus foi a de partilhar a vida dos grupos mais marginalizados do País. Daí ter chamado a atenção de nossa fundadora Irmãzinha Magdeleine de Jesus, a situação em que se encontravam os povos indígenas, e entre eles, a situação do povo Tapirapé — um pequeno grupo de 48 pessoas — quase em extinção devido às doenças contraiadas no contacto com os brancos e ataque de outras tribos.

O nosso objetivo era que eles tomassem consciência do seu próprio valor como pessoa e como povo; o anúncio da Boa-Nova, a evangelização. Este objetivo continua sendo o mesmo.

Chegamos na Aldeia Tapirapé em 24 de junho de 1952, a pedido de D. Luís Palha, OP, bispo de Conceição do Araguaia-PA. Desde o começo a nossa preocupação foi a de uma "troca de valores" com os Tapirapé. Foram eles que nos ajudaram a construir a casa, nos iniciaram no trabalho de plantação da roça, na pesca e de nosso lado prestávamos pequenos serviços de enfermagem e costura.

Em 1954 começaram a chegar as "Companhias Colonizadoras". Nessa mesma época chegaram também famílias de migrantes que se localizaram na área chamada "Cadete", mas desde o início com pleno conhecimento de que essa área pertencia aos Tapirapé e que sua permanência lá seria provisória. Essas famílias aumentaram. Hoje são cerca de 100 pessoas que também ne-

cessitam de terra, mas — segundo o desejo dos Tapirapé — elas devem se localizar em outra área, devido a conflitos internos como diferença de cultura, etc.

Com a chegada dessas Companhias e dos migrantes, os Tapirapé, ajudados pelo Sr. Valentim Gomes, chefe do posto local do SPI, do Pe. Francisco e nós, começaram a se preocupar com a demarcação de suas terras. Deram início a essa tarefa, mas o advogado do SPI, cujo nome não recordamos, se negou a realizar o trabalho, dizendo que não recebia o salário para tal e que não estava disposto a trabalhar "de graça" para o Serviço de Proteção aos Índios.

Alguns anos depois, já com a Funai, houve um incêndio, e ficamos sabendo pelos funcionários que, lamentavelmente, toda a documentação referente à demarcação da terra dos Tapirapé fora destruída. A população Tapirapé nessa época havia se multiplicado (agora já são 200) e com isso a preocupação pela terra crescia, pois dela dependem para a sua sobrevivência e para a preservação de sua identidade como grupo humano, como povo", como disse o papa João Paulo II.

Por isso, a partir desse momento, os próprios Tapirapé tomaram em mãos a luta pela posse da terra a que têm direito e passaram a manter eles mesmos, os contactos com a Funai em Brasília.

A Funai chegou a marcar um prazo para a delimitação de todas as terras indígenas. Como não houve a demarcação de sua terra, os Tapirapé se dirigiram à Funai, em Brasília. O então Presidente desse órgão, na época,

Gal. Ismarth, disse-lhes que, se conseguissem um agrimensor para realizar a demarcação da terra, a Funai estaria pronta a reconhecê-la oficialmente. Os Tapirapé conseguiram o agrimensor e o trabalho foi realizado, mas a Funai não oficializou a demarcação. Acreditamos que tal não se deu devido a conflitos surgidos com a Fazenda Tapiraguaiá, interessada numa parte da terra pertencente aos Tapirapé. Nos mapas anexos pode-se verificar a demarcação apresentada pelos Tapirapé e a outra proposta pela Funai.

Isto desagradou profundamente aos Tapirapé que, com mais consciência, passaram a lutar pela posse da terra, independentes de nós e de nossa presença lá. Nós somos, sim, solidárias com esse anseio e luta de nossos irmãos índios e com toda a causa indígena.

Recentemente os Tapirapé têm multiplicado os contactos com a Funai em Brasília, no sentido de que a demarcação da terra seja efetivada. Anexamos o relatório da Reunião da equipe da Funai com os Tapirapé, em 30-05-80 e a última carta do Chefe Tapirapé aos Presidente da Funai. Através deles, o senhor pode verificar a preocupação dos Tapirapé, pois está vencendo o último prazo deixado pela Funai para a demarcação de suas terras, ou seja, 30 de julho próximo.

Nossa vida continua sendo a mesma de há 29 anos atrás. Continuamos partilhando o dia-a-dia da vida Tapirapé, suas alegrias, esperanças, lutas e angústias. Como dissemos no início, acreditamos que os povos indígenas são nossos irmãos mais marginalizados e queremos viver os valores de sua cul-

tura, procurando descobrir "as sementes do Verbo", vivendo a Boa Nova que Jesus trouxe para todos os homens de todas as raças e culturas.

Queremos ainda afirmar que toda e qualquer solução do problema da terra da comunidade Tapirapé, deve ser discutida com eles e deles deve ser a última palavra, pois não nos sentimos no direito de interferir ao nível das decisões.

Se for necessário para maiores esclarecimentos, sugerimos que o órgão competente se dirija ao Secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário-CIMI, órgão anexo da CNBB, que se responsabiliza pela coordenação da Pastoral Indigenista.

O CIMI tem acompanhado de perto a penosa caminhada dos Tapirapé em busca do reconhecimento dos seus legítimos direitos à terra que reivindicam. Do mesmo modo o CIMI, do qual somos parte, tem assumido junto com nossa comunidade todos os passos realizados no trabalho pastoral junto aos Tapirapé.

Terminamos com estas palavras do papa João Paulo II, aos Missionários, em Manaus, no dia 11-07-80:

"Que aos índios, cujos antepassados foram os primeiros habitantes desta terra, seja reconhecido o direito de habitá-la na paz e na serenidade, sem temos — verdadeiro pesadelo — de serem desalojados em benefício de outrem, mas seguros de um espaço vital que será base, não somente para sua sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade como grupo humano, como povo".

Irmãzinha Elisabeth de Jesus